

negócios iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 3171, de 19 de Janeiro de 2016, e não pode ser vendido separadamente.

Inovação e tecnologias em alta

- ▶ Silicon Valley não é replicável
- ▶ Compras inovadoras deviam ter regras
- ▶ Falta ligar inovação à qualificação

Retrato estatístico

Só 20% das empresas têm trabalhadores TIC

Fundos comunitários

Inovação é palavra de ordem no Portugal 2020

Ana Brígida



Publicidade

<http://maisportugal-popular.negocios.pt>

MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SECTORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

INOVAÇÃO
E TIs

Popular

O banco que é para si

negocios

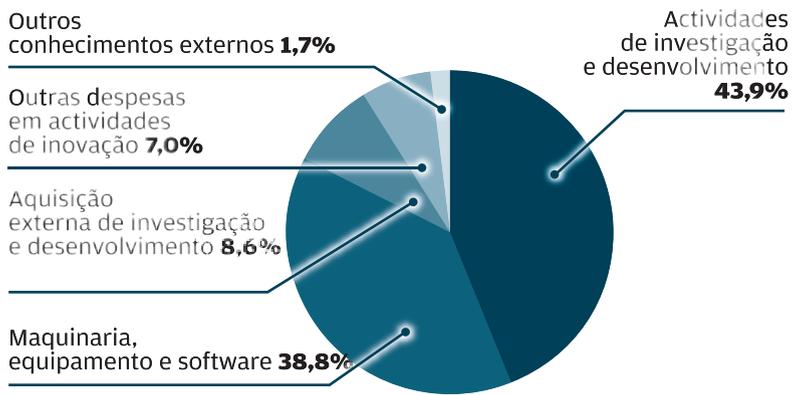
NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório de Inovação e Tecnologias de Informação

RETRATO ESTATÍSTICO

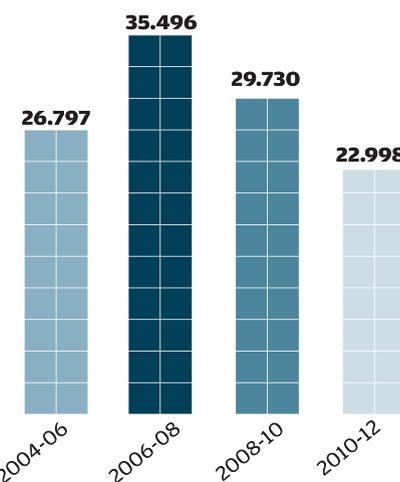
Só 20% das empresas tem trabalhadores TIC

A Comissão Europeia antecipa que em 2020 haja 15 mil vagas por preencher no sector das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em Portugal. Cinco vezes mais do que em 2012.

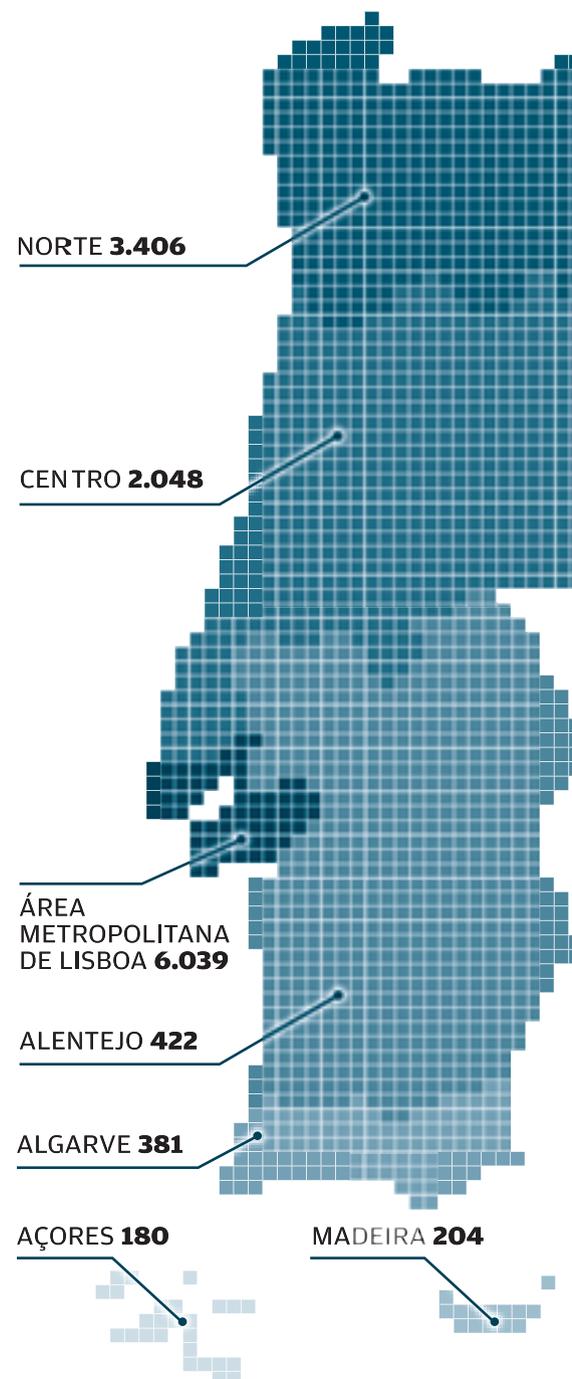
Tipo de despesa de inovação



Volume de negócio resultante da venda de produtos novos
MILHARES DE EUROS



Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (2013)

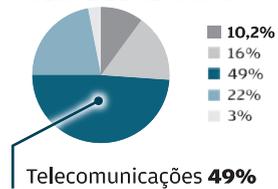


Distribuição do Sector das TIC

NÚMERO DE EMPRESAS



VOLUME DE NEGÓCIOS

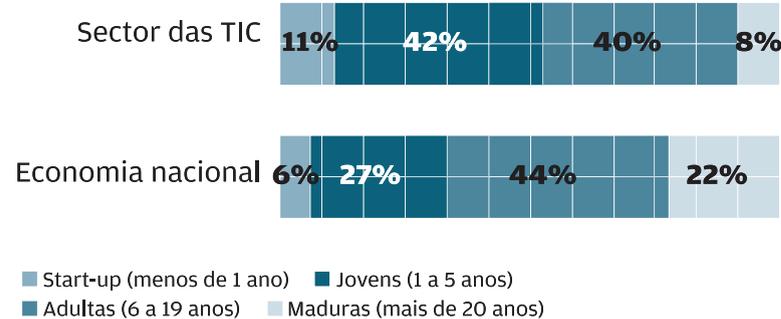


NÚMERO DE EMPREGADOS



■ Indústria ■ Comércio ■ Telecomunicações
■ Consultoria e programação informática
■ Outros serviços

Idade das empresas



NUNO AGUIAR
naguiar@negocios.pt

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) enfrentam uma encruzilhada no que diz respeito aos recursos humanos: são trabalhos bem pagos, que deixam os trabalhadores satisfeitos, mas continua a haver milhares de vagas por preencher.

Segundo os dados da Comissão Europeia, em 2012 o número de portugueses empregados no sector das TIC representava apenas 2,5% do total da mão-de-obra do país, o que coloca Portugal entre as economias da União Europeia com os valores mais baixos, num grupo com Roménia, Lituânia e Grécia. Os países com rácios mais elevados têm cerca de 5% da mão-de-obra especializada nesta área.

Nesse ano, havia perto de três mil vagas por preencher em empresas que necessitavam de trabalhadores com competências nessa área. As estimativas dos técnicos de Bru-

xelas apontavam para que esse valor quintuplicasse até 2020 para as 15 mil. No total da União Europeia, deverão ser 825 mil.

Estes número poder ser surpreendentes, uma vez que a remuneração até parece acima da média nacional. Um inquérito da Jobbox a 102 trabalhadores concluiu que menos de um em cada dez empregados das TIC recebe menos de mil euros. Recorde-se que o salário bruto médio em Portugal ronda os 1.100 euros.

A grande maioria dos trabalhadores está satisfeita com o seu trabalho (73%) e apenas 3% pensa em

mudar de emprego. No entanto, quase dois terços admitem já ter pensado em sair do País.

Apesar da necessidade de mão-de-obra que os números parecem mostrar, apenas uma em cada cinco empresas com dez ou mais empregados tem trabalhadores com competências TIC (14% entre as mais pequenas). Dessas empresas, quase metade (46%) está na Grande Lisboa.

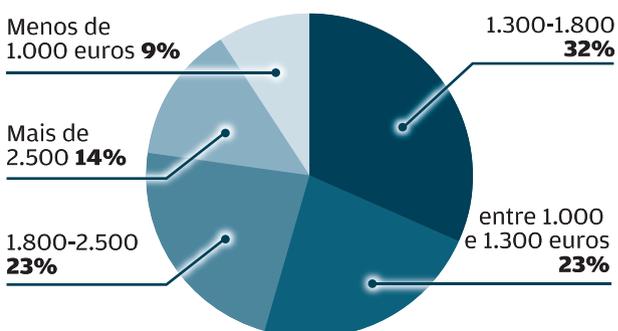
Retorno ao crescimento

Os dados da consultora IDC publicados em Fevereiro de 2015 esti-

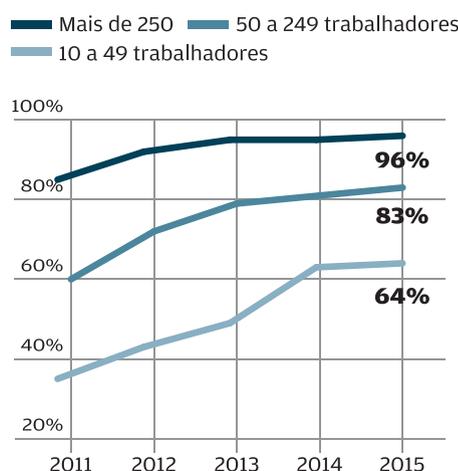
mavam que o mercado de tecnologias de informação tenha quebrado em 2014 cinco anos de quedas consecutivas, atingindo um crescimento de 1,3%. Valores que ficam aquém das estimativas para a Europa e o mundo (3,5% e 1,9%).

Para 2015, a expectativa da empresa era mais um ano de desenvolvimentos positivos (0,9%), o que colocaria o mercado de tecnologias da informação nos 3,46 mil milhões de euros. No médio prazo, a IDC esperava que o sector crescesse 1,7%, 1,9% e 2,2% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. ■

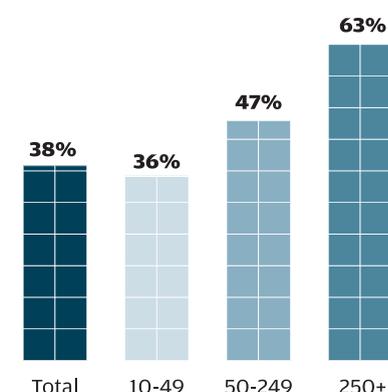
Distribuição da remuneração dos trabalhadores das TIC



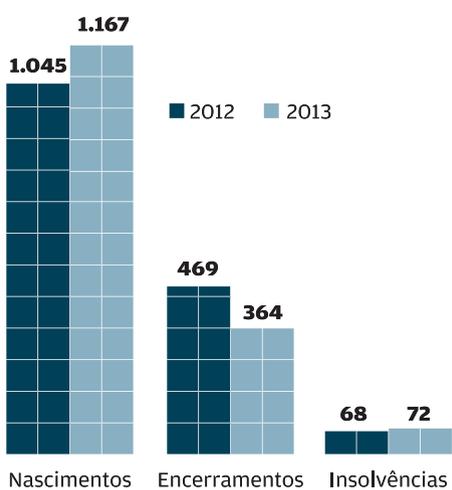
Utilização de banda larga móvel por empresas com mais de 10 trabalhadores



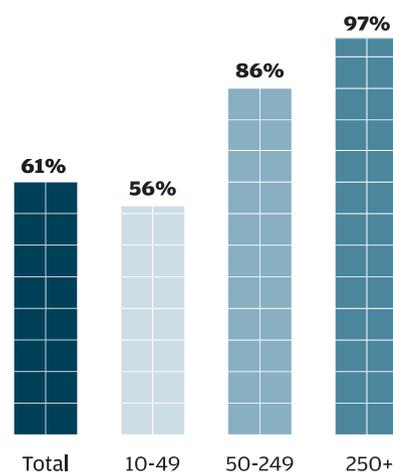
Utilização de redes sociais nas empresas com 10 ou mais trabalhadores



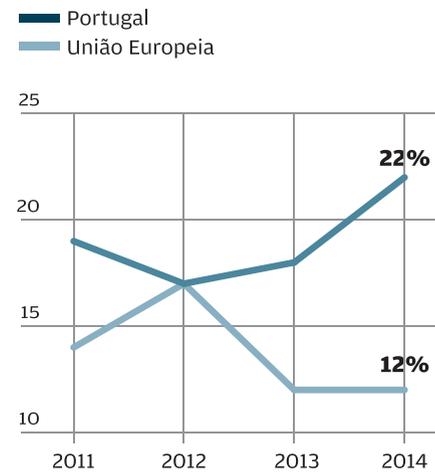
Nascimento e morte de empresas de TIC



Empresas com 10 ou mais trabalhadores que têm website



Empresas com 10 ou mais trabalhadores que fizeram encomendas através de e-commerce



15.000

VAGAS POR PREENCHER NO SECTOR DAS TIC EM 2020

3%

DE TRABALHADORES DAS TIC PENSA MUDAR DE EMPREGO

13.061

NÚMERO DE EMPRESAS DE TIC EM PORTUGAL (2013)

THINK TANK NEGÓCIOS/BANCO POPULAR

Silicon Valey não é replicável mas Portugal tem potencial

Ana Brígida



O Negócios e o Banco de Popular juntaram, em Dezembro, protagonistas para conversar sobre inovação e tecnologias de informação.

Portugal tem sol e praia. E também um bom custo de vida. Mas as empresas têm dificuldade em descolar depois do nascimento. Há, pois, um caminho para colocar Portugal no radar do empreendedorismo.

Silicon Valley será um sistema irreplicável. Portugal não poderá ser a Califórnia da Europa, mas tem condições únicas para conseguir chamar a atenção do ecossistema do empreendedorismo. E aí, dizem os protagonistas deste sector, Portugal tem de entrar no radar internacional. Já há exemplos de que isso pode ser possível e a

realização da Web Summit em Portugal em 2016, 2017 e 2018 pode dar o empurrão. Mas “temos de estar permanentemente no radar do empreendedorismo, começamos a ter visibilidade mas temos de continuar a aprofundá-la”. Por isso, acrescenta-se, “não conseguimos ser o Silicon Valley”. O esforço para demonstrar que “temos condições e competên-

cias” tem de ser contínuo. E acresce outra dificuldade. “Temos problemas sérios para fazer crescer as empresas. Somos bons a fazê-las, mas não conseguimos fazê-las crescer”, com limitações no acesso aos mercados e ao financiamento da fase de “scaling up” [crescimento].

Mas há características nacionais que posicionam bem o país. Desde logo a qualificação dos recursos humanos (não fosse o problema de haver poucos) e escolas com capacidade de formação. Também tem havido algumas políticas públicas que ajudaram na promoção de investi-

mento estrangeiro, ainda que pudessem falar-se em mais benefícios fiscais para este tipo de investidores.

Além disso Portugal tem um ambiente propício para testar e criar inovações, com os portugueses aptos a receberem novidades em particular as tecnológicas.

E o sol e praia. Parece estranho surgir esta classificação associada ao empreendedorismo, mas isso é explicado na atracção de empreendedores e de recursos de fora de Portugal. “Este tipo de características, bem como o custo de vida, atrai competências”. Não é por acaso que mui-

tos dos empreendedores que estão na Start-up Lisbon são estrangeiros. A própria Bloomberg chegou, numa reportagem, a classificar Portugal como o São Francisco da Europa.

Neste “think tank” do Negócios e Banco Popular dedicado à inovação e tecnologias de informação foi apontada outra limitação para o ambiente “empreendedor”. Muitos destes empreendedores não têm abordagem de mercado e, por isso, o necessário auxílio de mentores. A mentoria é, aqui, muito importante até para se conseguir criar uma rede de parceiros e colaborativa. Este é

Estado devia ter regras para compras inovadoras

O mal dos prazos de pagamento

As empresas deste sector, tal como muitas de outros, queixam-se dos prazos de pagamento em Portugal que não se compadecem com os desembolsos que têm de fazer aos seus próprios fornecedores, na maior parte dos casos multinacionais. “A questão financeira e de financiamento é um óbice”, que podia ser atenuada “com boas práticas de pagamento dos clientes”. Paga-se mal. E muitos vezes acabam por ser um veículo de financiamento dos clientes. O cumprimento dos prazos de pagamento é, pois, crucial neste, como em outros, negócio. Há leis a estipular os prazos, mas muitas vezes é difícil apurar-se o efectivo prazo de pagamento e mais difícil ainda cobrarem-se os juros, com o risco de se perder um cliente. É, pois, acrescenta-se necessário “uma mudança de mentalidade”. E tem de começar pelo Estado que devia dar o exemplo no pagamento aos seus fornecedores, conclui-se no “think tank”.

um mundo, diz-se, que vive, ainda mais, de parcerias. E por isso se fala do triângulo virtuoso da inovação, ligando sistema científico e tecnológico às empresas. Há várias áreas onde esse triângulo estará mais facilitado: saúde, indústria, tecnologias de produção, ensino.

“Se conseguirmos reunir isso, a probabilidade de sucesso é superior”. E se o conceito de Silicon Valley é irreplicável, poderemos, pelo menos, sonhar com alguma coisa parecida. ■

ALEXANDRA MACHADO

A inovação devia ser olhada pelo Estado de forma diferente. Desde logo ao nível das compras públicas. Sem tratamento especial, os serviços e produtos inovadores ficam em segundo plano na contratação pública. E muitos deles nem conseguem candidatar-se ao fornecimento.

“Este é um tema crítico”, consideram os protagonistas do think tank organizado pelo Negócios e Banco Popular sobre a inovação e tecnologias de informação, acrescentando-se que “este tema do ‘procurement’ [compras públicas] tem de ser tratado de raiz”.

Porque não adoptou Portugal as regras permitidas a nível europeu de tratar de forma diferente as actividades de investigação e desenvolvimento nas compras públicas? Os responsáveis deste sector

acreditam que o Estado poderia ter um papel fundamental na projecção de novos serviços e produtos, mesmo a nível internacional, funcionando como “lead user” (utilizador impulsionador).

Há vários problemas em torno destas compras. Um deles é o facto de o Estado optar, na maior parte das suas compras, por comprar pa-

Estado devia ser um dos primeiros utilizadores de inovações nacionais.

Um problema chamado recursos humanos

É um problema grave detectado pelos protagonistas deste sector. Grave e que representa um dos principais desafios futuros. Como ter recursos humanos qualificados em tecnologias suficientes para as exigências? A tecnologia hoje está em tudo, exigindo, por isso, recursos humanos qualificados para todos os sectores de forma transversal.

“A evolução tecnológica está tão acelerada que são precisos, na área das tecnologias de informação, muitíssimos mais recursos humanos”. Uma escassez que há até quem lhe chame a tempestade perfeita: taxa demográfica reduzida o que leva a que menos estudantes entrem nas universidades, associado à falta de atractividade dos cursos de engenharia - muito por “culpa” da matemática -, e à elevada emigração qualificada. Por isso, “a necessidade de recursos humanos

nestas áreas é brutal”. E até é consensual a qualidade da formação em Portugal. Falta é quantidade.

Por isso, apontam-se caminhos. Um deles passa por perceber os maus indicadores ao nível do ensino da matemática e actuar, mas o mais premente poderá ser o de requalificar pessoas com qualificações noutras matérias para as áreas de tecnologias. “Não têm engenharia de base, mas podem-se reconverter”, explica-se.

Até porque com recursos humanos suficientes Portugal pode atrair mais projectos. Até porque há condições propícias no país para atrair gente. E “hoje todos os sectores necessitam de tecnologias, para reduzir custos, aumentar receitas, conhecer melhor os clientes e lançar novas soluções”. E é de olhar para as projecções que apontam para um total de 26 mil milhões de

cotes de serviços ou produtos - acabando por beneficiar as maiores empresas -, por forma a minimizar os custos. Esse é logo o primeiro entrave, contestando-se a excessiva importância atribuída aos custos. O outro tem a ver com as especificações técnicas exigidas, já que tratando-se de produtos ou serviços inovadores, por regra, não há informação ainda detalhada ou os contornos não encaixam exactamente no que é solicitado.

“Tem de haver outro pilar no fornecimento público para as compras inovadoras que têm de ter regras diferentes e têm de ser geridas como tal”. Haver, portanto, mais do que compra uma política pública de apoio à investigação e desenvolvimento. E olhar para estes produtos e serviços como investimento e não tanto como custo. Ou até, sugere-

se, este tipo de inovação pode nem ter custo para o Estado, já que até há casos em que poderia haver disponibilidade de quem promove a inovação de a colocar, gratuitamente, no Estado para sua validação e para ter o tal “lead user” que lhe permita abrir outras portas. “Bastava disponibilizar-se para essa função”, mas “não tem incentivos nem estímulos para o fazer”.

Por isso, realça-se que não são só as mudanças nos processos de contratação pública que poderão resolver a questão. É também a disponibilidade da administração pública.

Por fim, mesmo nos contratos existentes há quem reclame a atenção do Estado para os níveis de certificação que as empresas têm, que lhes custa dinheiro e deviam ser valorizadas. ■ AM

terminais móveis em 2020. Considerando, ainda, que este é um mercado (tecnologias de informação, comunicação e media) em Portugal de 11 mil milhões de euros, ou 6,4% do PIB. “Estamos a falar de um vector muito importante”.

Mas que em Portugal, segundo dados da IDC avançados no “think tank” do Negócios e Banco Popular, cresceu 0,9% em 2015, abaixo do crescimento europeu de 3,5% e mundial de 1,9%. Mas alguns estudos apontam para que em 2020 o crescimento seja acima de 1,5%. “São boas notícias para as tecnologias de informação”.

É igualmente um sector que tem tentado a sua internacionalização, mas cujos valores são ainda baixos. A diplomacia económica, dizem, pode ter um papel relevante na promoção lá fora do produto feito cá dentro. ■ AM



Hoje numa economia digital todos os sectores necessitam de tecnologias no seu dia-a-dia, que ajudam na redução de custos, aumento das receitas, conhecimento melhor do cliente, ao lançamento de novas soluções.

FUNDOS COMUNITÁRIOS

Falta ligar inovação à qualificação

Ainda não foi desta que se juntou num mesmo instrumento de apoio comunitário a inovação e a qualificação de recursos associado a esse projecto. Mas há instrumentos novos e relevantes.

Os fundos comunitários são vistos como aceleradores e o Portugal 2020 é tido como uma oportunidade. Em particular na componente de inovação. Há um conjunto de instrumentos vasto que até foi, no novo quadro, complementado. Nomeadamente tendo-se conseguido criar um apoio para ajudar as empresas nos custos e riscos que têm com as preparações dos programas europeus.

Há também, neste novo quadro, um instrumento de apoio a parcerias estratégicas entre empresas e o sistema científico-tecnológico. “A co-produção é funda-

mental”, assegura-se no “think tank” do Negócios e Banco Popular sobre inovação e tecnologias de informação.

O que falta, lembram os responsáveis, é um instrumento de apoio que junte projectos de investigação com qualificação dos recursos humanos. “Continuamos a ter instrumentos diferentes.” E era preciso criar um apoio que juntasse a investigação e o desenvolvimento à formação associada a esse projecto, para que no final as empresas pudessem contratar esses recursos humanos. E com a falta de recursos que existem actualmente este instrumento adquiri-

ria maior relevância. Não obstante ser positivo o instrumento que visa apoiar a inserção de recursos altamente qualificados nas PME (pequenas e médias empresas).

Considerada positiva é também a linha, que já existiu no QCA III (quadro comunitário de apoio), para o auxílio no registo de marcas e patentes.

Mas se o “Portugal 2020 é uma oportunidade interessante”, não se pode, no entanto, esquecer que “é muito focado no tema da inovação e actividade internacionalizável”. E as empresas têm outras necessidades, nomeadamente ao nível da tesouraria, onde as linhas de crédito são cruciais, até porque algumas das existentes visam financiamentos a médio e longo prazos. Até porque junto da banca os financiamentos são difíceis para muitas empresas que não têm his-

tórico suficiente, são empresas pequenas em muitos casos e o principal activo são os cérebros.

Mas em relação ao Portugal 2020 o dinheiro poderá chegar, em breve, às empresas, já que a generalidade dos projectos foi aprovada em finais de Julho e finais de Agosto (os mais pesados), com um período de início de execução de seis meses. O que significa que os primeiros fluxos poderão começar a surgir no início deste ano.

António Costa, quando apresentou o programa de Governo no Parlamento, prometeu a mobilização de 100 milhões de euros de fundos comunitários do Portugal 2020 nos primeiros 100 dias de governação. António Costa tomou posse a 26 de Novembro e o seu programa passou na Assembleia da República a 3 de Dezembro. ■

ALEXANDRA MACHADO

Ana Brígida



O financiamento pode ser um óbice para as empresas. Mas os fundos comunitários poderão ajudar.

PROTAGONISTAS

Quem esteve no think tank do Negócios/Popular

A regra neste “think tank”, promovido pelo Negócios e Banco Portugal, sobre a inovação e tecnologias de informação, que se realizou a 9 de Dezembro do ano passado, foi a de Chatham House. Ou seja, tudo pode ser escrito, mas nada pode ser atribuído por maior liberdade de opinião dos intervenientes.



CARLOS ÁLVARES

Presidente do Banco Popular Portugal



JORGE DELGADO

Presidente da Compta



JOSÉ CARLOS CALDEIRA

Presidente da Agência Nacional de Inovação



MIGUEL CRUZ

Presidente do IAPMEI



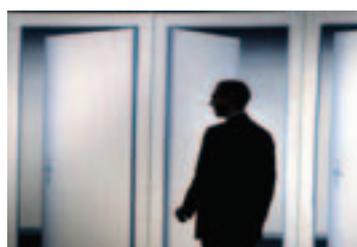
NUNO ARCHER

Vice-presidente da direcção da ANETIE

PERGUNTAS FREQUENTES

Inovação é a palavra de ordem do Portugal 2020

O novo quadro comunitário de apoio tem duas linhas de financiamento onde a inovação é um requisito indispensável: a inovação empresarial e empreendedorismo; e a investigação e desenvolvimento tecnológico. **ELISABETE MIRANDA**



75%

FINANCIAMENTO

Os projectos de inovação empresarial têm um apoio máximo até 75% do seu valor.

INOVAÇÃO EMPRESARIAL E EMPREENDEDORISMO

Esta linha de financiamento apoia empresas em início de actividade ou então empresas que pretendam aumentar a sua capacidade produtiva e desenvolver novas áreas de negócio. É nesta categoria que se concentrarão cerca de 65% das verbas destinadas à competitividade e à internacionalização das empresas nacionais (cerca de 8 mil milhões de euros, ao todo). E aqui há exigências adicionais que os projectos têm de cumprir, nomeadamente em matéria de inovação. Os projectos têm uma duração máxima de 24 meses, subdividindo-se esta tipologia em três categorias de projectos: projectos de inovação produtiva para PME, projectos de inovação produtiva para não PME e projectos de empreendedorismo. A maioria das regras é comum. Tome nota.

PROJECTOS INOVADORES OU NOVOS

A tipologia “inovação empresarial e empreendedorismo” destina-se a financiar investimentos orientados para a produção de bens e serviços que contribuam para o aumento da competitividade externa da economia, que sejam novos (empresas com menos de dois anos), ou,

sendo realizados por empresas que já operam no mercado, que sejam inovadores. Mas, o que se consideram projectos novos e/ou inovadores? Esta é uma definição à qual é preciso ter especial atenção, já que é nova em relação a anteriores programas. Só são admissíveis projectos 1) que consistam na produção de novos bens/serviços; 2) que assentem em novos processos; 3) ou que se traduzam numa melhoria significativa da produção actual ou em novos métodos de fabrico. Um novo bem ou serviço é um conceito que não levanta grandes dúvidas. Quanto ao que se consideram novos processos, tal depende da dimensão das empresas: caso o candidato seja uma grande empresa, a inovação tem de assentar num conteúdo tecnológico; se o candidato for uma PME, também se admitem novos processos de organização, de marketing ou de logística. Também o que se considera um investimento inicial no novo Compete requer atenção especial: tem de tratar-se de um novo estabelecimento ou, no caso de se estar perante uma empresa já existente, tem de haver um aumento da sua capacidade produtiva em mais de 20%. Caso não haja um aumento da capacidade produtiva deste nível, então a empresa tem de cumprir uma de duas condições: nos novos produtos, os activos do projecto têm de exceder em 200% os activos líquidos que já existiam no estabelecimento; se for um novo processo produtivo, o investimento tem de ser superior à soma das depreciações e amortizações do estabelecimento nos últimos três anos.

No caso particular de investimentos promovidos por não PME em Lisboa e no Algarve, há uma restrição adicional: o programa só apoia novas actividades.

TAXAS DE FINANCIAMENTO COM MAIS MAJORAÇÕES

Para quem cumprir estes requisitos, os apoios assumem a forma de empréstimos, que podem chegar a cobrir um máximo de 75% dos investimentos. A taxa de financiamento-base começa nos 50% para PME com projectos acima de cinco milhões de euros, e nos 60% para

pequenas entidades com projectos abaixo deste patamar. Depois, esta taxa pode ir aumentando caso os projectos cumpram alguns requisitos adicionais, como serem ambientalmente sustentáveis, serem empreendedores, resultarem de empreendedorismo jovem ou feminino, situarem-se em territórios menos desenvolvidos e ainda terem um efeito de demonstração e disseminação. O cumprimento de cada um destes itens vale mais dez pontos percentuais, que, de todo o modo, está limitado pelo tecto dos 75%.

NOVOS PRÉMIOS E PENALIZAÇÕES

Os empréstimos têm de começar a ser amortizados após o segundo ano do início do projecto, mas têm ao todo oito anos para serem pagos. As empresas que tenham bons desempenhos têm uma espécie de “perdão” de parte do empréstimo, beneficiando de uma parte do financiamento a fundo perdido. A chamada isenção de reembolso vai até um máximo de 50% ou de 45%, caso os projectos sejam iniciados até final de 2016 ou de 2017 em diante, respectivamente. ■



1 milhão DE EUROS

É o valor dos projectos de I&D até ao qual os apoios são concedidos a fundo perdido.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Esta linha de financiamento tem por objectivo aumentar o investi-

mento das empresas em investigação e inovação e em produtos de maior intensidade tecnológica, sozinhas ou em articulação com outras entidades, como centros de investigação e universidades. São financiados vários tipos de projectos: projectos de I&D nas empresas, projectos demonstradores, programas mobilizadores, núcleos de I&D, protecção da propriedade industrial e intelectual e internacionalização de I&D (estes três últimos novos). A duração vai dos 18 aos 36 meses, consoante os casos.

FUNDO PERDIDO ATÉ UM MILHÃO DE EUROS

Os incentivos às entidades que não são empresas são atribuídos a fundo perdido. Já para as empresas, tudo depende do valor do projecto. Assim, para projectos de valor inferior a um milhão de euros, os apoios são a fundo perdido; já os projectos que superem este valor, o excedente é a fundo perdido em 75% e constitui-se um empréstimo pelos restantes 25%. Estes 25% podem ser pagos no espaço de sete anos, com três de carência.

Os fundos financiam no máximo 80% do valor dos projectos que, para serem seleccionados, são submetidos a um painel de especialistas, a quem compete avaliar se têm um conteúdo de I&D.

PROJECTOS EM CO-PROMOÇÃO APOIADOS

Além de projectos individuais o Compete 2020 também financia projectos em co-promoção, isto é, em que a PME queira criar um núcleo em parceria com uma universidade, com um centro de investigação, com outra PME ou até com outra não PME. ■

8

ANOS

Os empréstimos, que podem chegar a ter 50% de fundo perdido, podem ser pagos em oito anos.

COMPETE 2020

Regras comuns a todas as candidaturas

Os programas têm regras diferentes consoante a sua finalidade, mas há exigências que são comuns a todas as candidaturas. Veja algumas.

ROBUSTEZ FINANCEIRA E SALÁRIOS EM DIA

Para se poderem candidatar, as empresas têm de reunir previamente um conjunto de requisitos: precisam de ter contas em dia com o Fisco e a Segurança Social e também exibir níveis mínimos de saúde financeira: as PME têm de ter uma autonomia financeira de 15% e, no caso dos investimentos produtivos, garantir um nível de capitais próprios de 20%, exigências que excluem logo à partida 40% das sociedades. Os salários têm de estar em dia.

CANDIDATURA E AVALIAÇÃO MAIS RÁPIDAS

Uma vez fechado o concurso, as entidades estão obrigadas a dar uma resposta ao candidato no prazo de 60 dias (que já incluem uma audiência prévia do candidato). Este horizonte pode esticar mais dez dias, para esclarecimentos adicionais, mas estes pedidos só podem ocorrer uma vez em toda a candidatura. Está prevista a destituição automática dos gestores dos programas que, no total, deixem resvalar os prazos em mais de 20%.

ATRASO NA EXECUÇÃO CORTA FINANCIAMENTO

Há penalizações para as empresas que resvalam os prazos contratados para os projectos: atrasos até seis meses levam um corte de 20%; entre seis meses e um ano de 40%; e, acima disso, de 100%. O corte é aplicado sobre as despesas executadas fora do prazo. ■

MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SECTORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

O **Negócios** e o **Banco Popular** associaram-se em 2015 para lançar um Ciclo de Think Tanks dedicado a sectores estratégicos para Portugal.

Numa altura de mudanças profundas, a iniciativa **MAIS PORTUGAL** nasceu com o objectivo de gerar linhas de orientação para a retoma económica de Portugal, analisando sectores de relevo para a economia. Esta iniciativa pretende aportar uma perspetiva informada, com base no know-how de especialistas nacionais em cada sector.

Ao longo de vários meses foram realizados **5 Think Tank MAIS PORTUGAL**, dedicados ao seguintes sectores:

- Têxteis, Vestuário e Calçado
- Agricultura
- Inovação e TIs
- Pescas e Indústria Conserveira
- Turismo

Todos reuniram especialistas independentes e representativos dos sectores. Posteriormente, o **Negócios** publicou o resultado de cada Think Tank juntamente com o retrato do respectivo sector.

Veja os vídeos e reportagens da iniciativa **MAIS PORTUGAL** em
<http://maisportugal-popular.negocios.pt>

O banco que leva o seu negócio ao próximo nível.

Popular

O banco que é para si

negocios

No tempo certo.